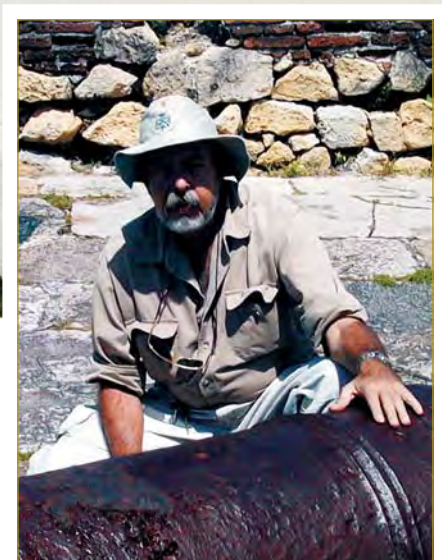


Arqueologia

O Forte do Brum



Marcos Albuquerque

.....

A complexidade inerente à engenharia militar torna difícil a tarefa de escrever um artigo compacto sobre um forte específico. Caso o faça, poderemos incorrer em inúmeros erros de omissão, sobretudo aos relacionados a aspectos mais voltados ao entendimento de sua inserção em um sistema defensivo mais amplo.

Alguns aspectos nos parecem de grande significância para o entendimento de um forte. Dentre estes aspec-

tos não poderíamos deixar de refletir sobre o que os seus construtores pretendiam defender, a que, ou a qual interesse, a sua construção deveria atender. Não menos importante é uma avaliação bélica do seu inimigo potencial. A sua localização do ponto de vista estratégico, bem como uma avaliação do ecossistema no qual o forte esteja inserido, constitui-se ainda em algo de suma importância para o entendimento de sua funcionalidade e operacionalidade, inclusive para a sobrevivência de sua tropa em caso de sítio.

O Forte do Brum, como hoje é conhecido, insere-se em uma complexa trama de relações, a partir do



Baluarte e guarita

momento da escolha do local para a sua edificação. O sistema defensivo brasileiro não tem recebido a devida atenção desde a mais remota época do período colonial. A Capitania de Pernambuco, uma das mais prósperas da Coroa portuguesa, estendia-se do eixo da barra sul do Canal de Santa Cruz até o Rio São Francisco, limitando-se ao norte com a Capitania de Itamaracá, que tinha seu limite norte na Baía da Traição, hoje Estado da Paraíba.

O donatário da Capitania de Pernambuco e grande estadista Duarte Coelho estabeleceu a sua sede em

Olinda, que não dispunha de bons portos. Portanto, o porto utilizado situava-se na desembocadura dos rios Capibaribe e Beberibe, onde posteriormente viria a nascer o Recife.

A debilidade defensiva desta posição já se fez sentir no ano de 1595 por ocasião de um ataque pirata comandado por James Lancaster. O Recife foi ocupado por trinta e quatro dias e sofreu uma intensa pilhagem. Neste mesmo período, outro ataque ocorreu. Piratas franceses também desembarcaram na povoação do Recife com as mesmas intenções que motivaram os ingleses. Não houve combate entre eles, pois já se tinham ajudado mutuamente em outras ocasiões. Desta forma aliaram-se e intensificaram a pilhagem. Carregamentos de pau-brasil, juntamente com jóias e alfaias de igrejas, incorporaram-se ao patrimônio dos piratas.

A resistência dos pernambucanos, em terra, causou dezenas de baixas entre os piratas, que resolveram levantar ferros e partir com sua frota abarrotada com os frutos do saque. Este ataque, embora danoso para a capitania emergente, deve ter provocado grandes reflexões quanto à segurança do litoral e sobretudo à do porto do Recife. Inegavelmente constituiu-se em uma experiência de cunho didático para os colonizadores,

que constataram, de forma inequívoca, a fragilidade defensiva da Capitania.

Após a desastrosa experiência, construiu-se, no fim do século XVI e começo do XVII, o Forte de São Jorge, que foi projetado pelo jesuíta Gaspar de Samperes. No início do século XVII, em 1612, foi concluído o Forte de São Francisco, projetado pelo engenheiro Tibúrcio Espanhochi e construído pelo também engenheiro Francisco Frias de Mesquita.

Ambos os fortes, tanto o de São Francisco como o de São Jorge, tinham como missão precípua o guar-

necimento do porto, e consequentemente da principal entrada para o Recife. Deviam integrar-se a outros que constituiriam uma linha de defesa contra atacantes vindos pelo mar.

Como as obras de defesa da Capitania não avançavam na velocidade do risco de ataque, a defesa do porto do Recife ainda não se completara.

No ano de 1629, o serviço de inteligência da época informou ao Rei da Espanha e de Portugal que a Companhia das Índias Ocidentais da Holanda pretendia atacar a Capitania de Pernambuco.

Tendo consciência da fragilidade defensiva da Capitania, e na possibilidade de um ataque iminente, o Rei enviou imediatamente para a Colônia o experiente Matias de Albuquerque. Tão logo aportou em Pernambuco, providenciou de forma emergencial a construção de um forte que triangulava fogo com os dois existentes, guarnecendo, desta forma, a entrada do porto. De acordo com esta perspectiva defensiva, inicia-se, em fins de 1629, a construção de um novo forte, em frente à barra do porto do Recife. Este forte seria erguido a aproximadamente 180 metros ao norte, do já existente Forte de São Jorge.

Diogo Paes, homem nobre e rico da Capitania, incumbiu-se da construção do forte, financiando as obras.

A opção de Matias de Albuquerque pela localização desta fortificação reforça a importância estratégica da área,



A capela no interior do forte

o que já fora identificada por ocasião da construção de uma bateria, já danificada que existia no local.

Diogo Paes, entretanto, não teve oportunidade de ver a sua obra concluída. Apesar das providências adotadas pelo Rei e das diligências de Matias de Albuquerque, o tempo decorrido entre a informação das intenções da Companhia das Índias Ocidentais da Holanda e a consumação da invasão não foi suficiente para que a Capitania tivesse concluído as suas obras de defesa.

Quando os holandeses atacaram a Capitania, em 28 de fevereiro de 1630, o novo forte estava ainda em



Escavação na praça de armas, sob o piso holandês

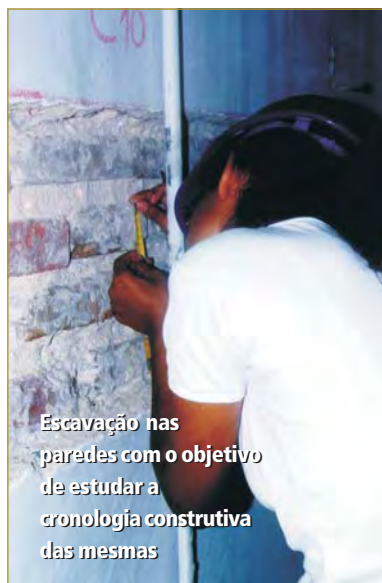


O piso interno da praça de armas foi alterado durante as diferentes ocupações. As escavações arqueológicas revelaram o piso original.

fase de construção, não havendo muito mais do que seus alicerces.

Os holandeses, que desembarcaram mais ao norte, na praia de Pau Amarelo, que também não dispunha de sistema defensivo, ocuparam Olinda e em seguida, vindos pelo istmo, ocuparam os alicerces do que deveria vir a ser o Forte de Diogo Paes. Nesta posição instalaram uma Bateria que foi armada com 6 peças de artilharia. A ocupação deste local reforça, mais uma vez, a importância deste local para os conceitos estratégicos da época.

A partir desta Bateria, os holandeses abriram fogo contra os dois fortes já existentes, o de São Francisco e o de São Jorge. Estes fortes, apesar de sua construção em pedra, não ofereciam grande resistência aos impactos da artilharia. Suas estruturas de paredes altas e retas, concebidas ainda sob forte influência das necessidades de defesa contra arcos e bestas, não resistiram ao impacto dos canhões. As três peças holan-



Escavação nas paredes com o objetivo de estudar a cronologia construtiva das mesmas

São Francisco e o de São Jorge, passaram para o domínio holandês. Com a queda destes fortes e a posse da Bateria localizada nos alicerces do Forte de Diogo Paes, os holandeses assenhoraram-se do complexo defensivo do Porto do Recife.

No início do mês seguinte, portanto abril de 1630, o coronel Diederik van Waerdemburch, comandante das tropas holandesas, resolveu construir um forte no local de sua Bateria, que ocupava os alicerces do Forte de Diogo Paes. Novamente reforça-se a ideia da importância estratégica desta porção do litoral, em frente à entrada dos navios, como ainda da importância deste porto, como a principal porta de contato com o além mar. Este Forte, que posteriormente seria conhecido pelos luso-brasileiros como Forte do Brum, deve seu nome ao conselheiro político Johan Bruyne.

A ação holandesa quanto ao seu sistema de defesa foi muito mais enérgica do que a encontrada na Capitania por Matias de Albuquerque. Pois, em maio de 1630, já se conhecia a planta do novo forte, que foi traçada pelo engenheiro holandês Commersteyn, tendo a aprovação do coronel Diederik van Waerdemburch. As obras esti-

desas de 25 libras, voltadas contra o Forte de São Jorge, destruíram praticamente todo o seu parapeito. Os seus defensores utilizaram-se inclusive de sacos de algodão colocados em seu reparo, sem que tenham tido sucesso. O impacto, embora amortecido pelo algodão, transferia grande parte de sua energia para as muralhas do forte, que rapidamente cederam a cadência do ataque.

Ainda em 1630, no dia 2 de março, os dois fortes, o de

veram a cargo dos empreiteiros Ludolf Nieuwenhuysen e Joris Bos.

Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelos holandeses, pois, para começar, as obras tiveram início no período das chuvas na região. O desconhecimento da área, em função do pouco tempo de permanência em terras pernambucanas, foi outro fator que dificultou as operações holandesas.

Não foram apenas estes fatores que dificultaram as operações holandesas, os luso-brasileiros não davam trégua aos construtores da nova fortificação. Assediaram-na por diversas vezes, demolindo o que os holandeses construíam. O coronel Diederik van Waerdemburch, preocupado com o retardo das obras e com a ameaça de perder a posição conquistada, determinou o levantamento imediato de uma forte estacada. Esta construção consistiu na colocação de fortes estacas de madeira, nas quais foram pregadas tábuas em ambos os lados e preenchido o espaço interior com areia. Além desta obra de defesa, foram colocadas estacas pontiagudas na parte externa da construção, dificultando consideravelmente os novos ataques dos luso-brasileiros e que agora não causavam maiores danos à construção do novo forte.

Paralelamente à construção do Forte de Bruyne, os holandeses levantaram mais dois fortes, um deles situado mais ao norte, e que homenageou a esposa de Johan de Bruyne, e outro, que recebeu o nome de Waerdemburch, em homenagem ao comandante holandês. O primeiro deles, chamado Madame Bruyne, ficou mais conhecido pelos luso-brasileiros como Forte do Buraco, enquanto que o segundo, construído nos alagados de Santo Amaro das Salinas, ficou mais conhecido como Forte das Três Pontas. Estes dois fortes, juntamente com o do Brum, garantiriam aos holandeses sua posição no Recife.

O Forte do Brum, situado no istmo que ligava Recife a Olinda, era praticamente banhado a leste pelo mar e a oeste pelo Rio Beberibe. O observador atual, situado no baluarte leste e que olhe para o mar, deve



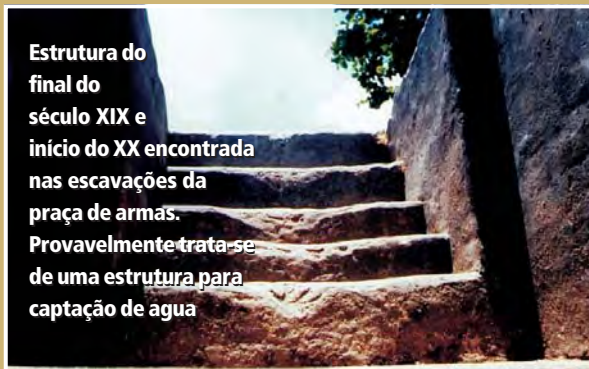
Resto de piso de uma dependência holandesa encontrado na praça de armas



Fragmentos de cachimbos holandeses e portugueses. (os brancos são de origem holandesa)



Detalhe da escavação da cacimba no interior da praça de armas



Estrutura do final do século XIX e início do XX encontrada nas escavações da praça de armas. Provavelmente trata-se de uma estrutura para captação de água

abstrair a faixa de terra que hoje separa o Forte do Brum do Porto de Recife. Toda esta faixa de terra constitui-se em aterro recente que se relaciona com a configuração atual do Porto de Recife. Esta proximidade com o mar exigiu uma adequação da planta do Forte do Brum às condições do terreno, na situação da época de sua construção. A forma quadrangular interna foi mantida, entretanto os bastiões, em número de quatro, foram prejudicados em decorrência da proximidade com o mar: a leste, apenas dois meios bastiões foram construídos.

Havia, na época, tecnologia para a construção de obras banhadas pelo mar, entretanto, deve ser considerado que o Forte do Brum foi construído em tempo de guerra, conseqüentemente em ritmo acelerado. Os holandeses, optando por uma postura pragmática, preferiram sacrificar dois meios baluartes, que erguê-los completamente, em luta contra o mar. A sua construção em faxina e areia, recoberto com lama, era comum em sua época. Esta técnica construtiva, embora requeira reparos freqüentes, sobretudo quando utilizada em regiões de grande pluviosidade como é o caso do Recife, oferece alguma vantagens defensivas. A energia do impacto provocado por um projétil de canhão sobre uma muralha de terra ou areia é mais absorvida e conseqüentemente dissipada, que o mesmo impacto sobre uma muralha de pedra. Além deste inconveniente, o impacto sobre uma muralha de pedra freqüentemente provoca estilhaços que podem atingir os defensores da fortificação, reforçando o poder do atacante.

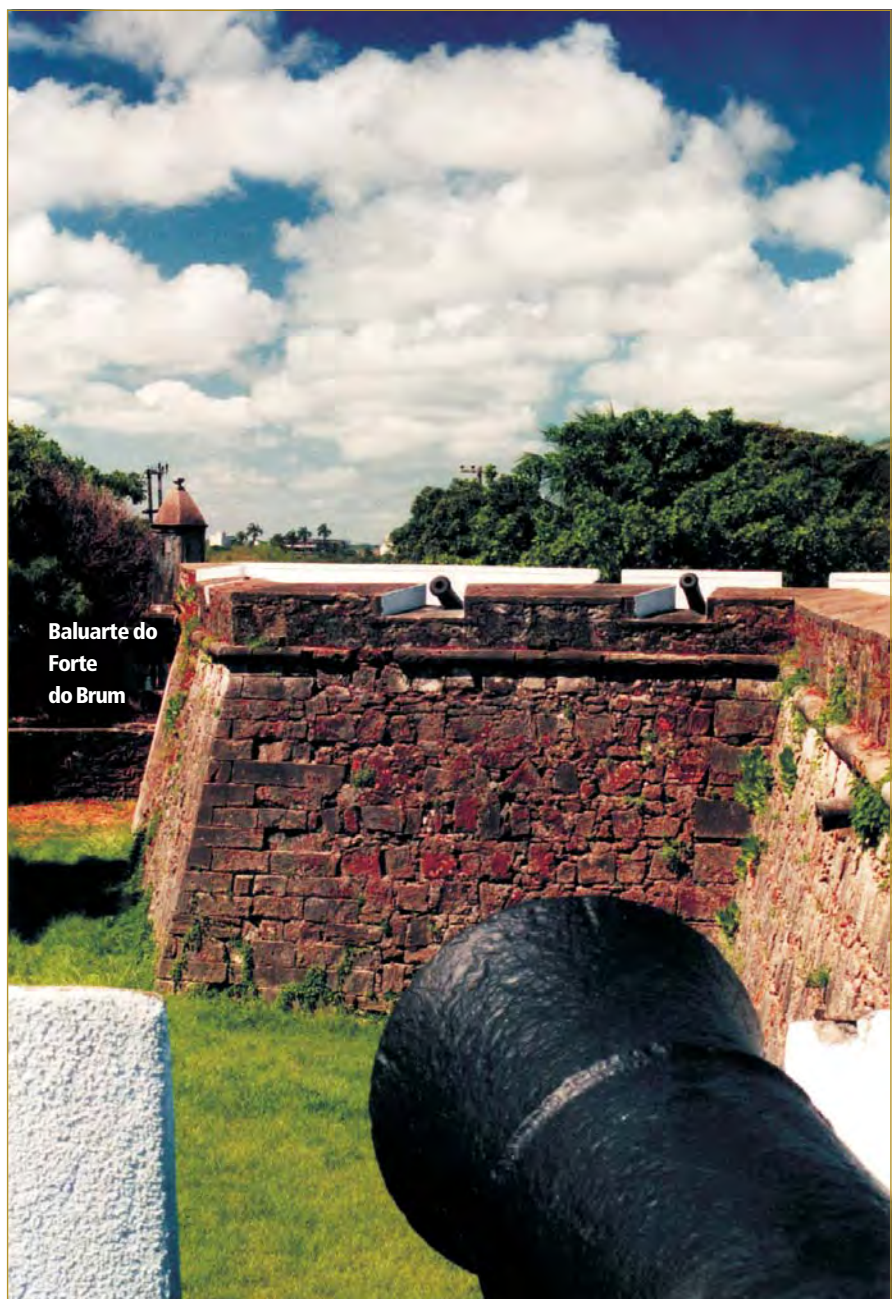
Concluídas as obras, o Forte do Brum foi artilhado com dois canhões de vinte e quatro libras, um de dezoito, um de dezesseis, um de dez libras, além de duas bombardas.

A constante reação luso-brasileira estava prestes a promover novamente uma outra

troca de bandeira no Forte do Brum, o que veio a ocorrer em 1654, após os holandeses terem sido derrotados na segunda batalha ocorrida nos Montes Guararapes.

Três anos após a retirada dos holandeses, mais uma vez o local é reconhecido como de grande relevância estratégica. Em 18 de setembro de 1667, o então governador Bernardo de Miranda Henriques solicita ao Rei permissão para restaurar o Forte do Brum, considerando a sua posição para a defesa da Capitania.

Atendendo aos reclamos dos que se preocupavam com a defesa da Capitania, o Príncipe Regente de Portugal nomeou, em 15 de dezembro de 1668, para ocupar o cargo de Engenheiro de Pernambuco, Antonio Correia Pinto. Em Pernambuco, este engenheiro, após



avaliar a situação em que se encontrava o Forte do Brum, elaborou a planta para a sua reconstrução.

O problema de obtenção de matéria prima encontrado pelos holandeses, para a construção do Forte do Brum, foi também vivenciado pelos luso-brasileiros. A formação geológica das cercanias do Forte não oferece nem pedras, nem argila para o fabrico de tijolos e telhas.

Nas proximidades do Forte não ocorre também nem granito, nem calcário. Ocorre apenas arenito, e mesmo assim, tão somente aqueles que se constituem na linha de arrecifes que abriga o Porto do Recife. Foram, portanto, estes arrecifes que forneceram a grande parte da matéria prima necessária à reconstrução do Forte do Brum. Apesar da proximidade dos arrecifes, a obtenção das pedras não foi tarefa simples. O trabalho apenas podia ser realizado no período das baixa mar, das marés altas, ou de águas vivas. Esta condição reduzia o número de horas dos trabalhos diários, bem como dos trabalhos mensais, de cavoucar as pedras dos arrecifes. Mas, as pedras utilizadas no Forte do Brum não foram retiradas apenas dos arrecifes; grande parte do material utilizado na sua reconstrução é oriunda das ruínas do Forte de São Jorge, que, ao que parece, não fora reconstruído após a saída dos holandeses.

A administração da reconstrução do Forte do Brum esteve a cargo da Câmara de Olinda. Entretanto, a partir de 1671, esta administração passou a responsabilidade de João Fernandes Vieira, na qualidade de Superintendente das Obras de Fortificação da Capitania de Pernambuco.

Embora em 1680 as obras do Forte do Brum já estivessem bastante adiantadas, apenas em 1690 foram



efetivamente concluídas, quando era governador da Capitania de Pernambuco Antonio Luiz Gonsalves da Câmara.

Após ter cumprido sua missão de guarnecimento do Porto do Recife, o Forte do Brum vivenciou diferentes ocupações até os dias atuais.

No ano de 1986, o Forte do Brum tornou-se alvo de novas preocupações, agora como monumento, que guarda em seu espaço momentos de grande significância para o entendimento de parte da História da Capitania de Pernambuco e do Brasil. Para esta empreitada houve novas alianças, diferente das ocorridas em 1595. O Comando Militar do Nordeste, a 7ª Região Militar, a FUNDAJ e o Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, em um trabalho conjugado e harmônico, viabilizaram uma escavação arqueológica no interior do Forte do Brum.

A pesquisa arqueológica revelou alguns vestígios que contribuíram para o maior entendimento desta fortificação. Foram encontrados pregos que provavelmente sustentaram as tábuas de contenção das muralhas; louças que permitiram resgatar informações quanto ao cotidiano dos diferentes ocupantes do forte; projéteis, que passaram nas mãos de atacantes e de defensores; cachimbos, tanto holandeses quanto portugueses, que



devem ter ocupado os guerreiros em momento de trégua; a cacimba, que se encontrava totalmente soterrada, mas que à época garantiu o abastecimento de água. Enfim, diversos outros elementos que possibilitaram reconstituir parte da história desta fortificação.

Entretanto, do ponto de vista de uma seqüência histórica dos acontecimentos, os fatos, até agora apresentados, constituem-se em um conjunto de fácil entendimento. Entretanto, do ponto de vista de um estudo mais profundo, esta seqüência não é de tão fácil apreensão. Arqueologicamente, temos algumas questões que ainda não foram resolvidas. Não por deficiência técnica ou metodológica, mas devido à escassez de recursos disponibilizados para a realização da pesquisa. O comandante do CMNE, General-de-Exército Cerqueira Lima, apesar de seu empenho, quase obstinado, de ver o Forte do Brum estudado e restaurado, não dispunha de recursos materiais para a realização de uma pesquisa que possibilitasse um estudo mais aprofundado. Tanto

o então major Dalmo Roriz de Cerqueira Lima, como o Coronel Bergamo, participaram ativamente de todos os trabalhos, procurando sempre minimizar as nossas dificuldades.

A praça de armas foi praticamente toda escavada, com exceção apenas das áreas muito próximas das edificações. Atingimos o nível do primeiro aterro, sobre o qual o forte foi construído. Várias estruturas foram descobertas em seu interior, inclusive o piso de alguns dos quartéis holandeses. Além das escavações da praça de armas, foram realizados cortes nas quotas positivas, onde se pode estabelecer diferentes cronologias e técnicas construtivas utilizadas ao longo dos séculos. Porém, não se dispôs de recursos para escavar tanto os baluartes como os respectivos terraplenos. A realização de uma escavação arqueológica nestas áreas, provavelmente, revelariam informações extremamente importantes com relação às estruturas iniciais

do Forte do Brum e, conseqüentemente, agregariam valor ao monumento. Esperamos um dia podermos dar prosseguimento a esta pesquisa, de modo a esclarecer alguns aspectos importantes, tanto do período inicial da construção de Diogo Paes, como da subsequente construção holandesa, e ainda das posteriores intervenções luso-brasileiras.

O melhor entendimento da inserção do Forte do Brum no contexto do sistema defensivo, tanto holandês como luso-brasileiro, contribuirá para o enriquecimento da História Militar brasileira. Entendimento que proporcionará o fortalecimento da cidadania, pois, uma sociedade que não conhece o seu passado não tem perspectiva de futuro.

Marcos Albuquerque é natural de Recife – Pernambuco. Coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPE. Professor do Mestrado e Doutorado em Arqueologia da UFPE. Pesquisador do CNPq. Doutor em Arqueologia Histórica e Membro da Academia de História Militar do Paraguai.